

**6ª Seção – Memória do  
Direito Administrativo**

***Section 6 – Retrospective  
of Administrative Law***

# O ESTADO EMPREGADOR

---

STATE EMPLOYER

MÁRCIO CAMMAROSANO

Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ex-Coordenador do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC-SP. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Municipal (IBDM). Advogado e Parecerista.

DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.32>].

ÁREAS DO DIREITO: Administrativo; Trabalho

O<sup>1-2</sup> tema dessa exposição não é usual. Costuma-se abordar a questão relativa àquelas pessoas físicas que atuam em nome do Estado sob a denominação de agentes públicos. O regime constitucional dos funcionários públicos. Esse título — O Estado Empregador — não é apenas revelador de preocupação com a novidade. Essa expressão tem um sentido muito especial, qual seja o de chamar a atenção para uma das facetas que o Estado administrador apresenta, isto é, aquela de se colocar também na posição de um empregador, a exemplo do que ocorre com a iniciativa privada. Mas constituindo o Estado um empregador de natureza especial, essa qualidade deve refletir-se profundamente na constituição e no conteúdo da relação jurídica que vincula pessoas à instituição *Estado*, na condição de seus agentes. Todos nós conhecemos os papéis que o Estado desempenha, as chamadas funções jurídicas do Estado: função judicial, função administrativa, função legislativa. O Estado desenvolve papéis. Ora encontramos o Estado legislador, ora juiz. O Estado criando normas jurídicas de nível imediatamente infraconstitucional, inovando

- 
1. Como citar este artigo | *How to cite this article*: CAMMAROSANO, Márcio. O Estado empregador. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 9, n. 32, p. 381-394. jan.-mar. 2025. DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.32>].
  2. Artigo originariamente publicado in: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (coord.) *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986, p. 50-66. Transcrição realizada por Mauro Roberto Cruzeiro.